



Exercícios

FGV

1. (FGV - 2022 - Senado Federal - Consultor Legislativo - Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Processo Legislativo) Observe os seguintes institutos previstos na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

I. Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

II. Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

De acordo com a Lei nº 14.133/21, os itens acima constituem, respectivamente,

- A) diálogo competitivo e pré-qualificação.
- B) diálogo competitivo e credenciamento
- C) concorrência e cadastramento.
- D) pregão e pré-qualificação.
- E) concorrência e credenciamento.

2. (FGV - 2022 - AGE-MG - Procurador do Estado) Em 2022, o Estado Alfa, por iniciativa do Governador, pretende realizar a alienação de determinado bem imóvel estadual. No bojo de processo administrativo, restou demonstrada a existência de interesse público devidamente justificado para a alienação, assim como havia sido feita a prévia avaliação do bem. O Poder Judiciário do Estado Alfa demonstrou interesse em comprar o imóvel, com o que aquiesceu o chefe do Poder Executivo. Solicitada a emissão de parecer ao Procurador do Estado, foi esclarecido que, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, diante das peculiaridades do caso narrado, a mencionada venda

- A) exigirá autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.
- B) exigirá autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência.
- C) exigirá autorização legislativa, dispensada a realização de licitação.
- D) não exigirá autorização legislativa, nem prévia licitação.
- E) não exigirá autorização legislativa, mas dependerá de prévia licitação na modalidade concorrência.

3. (FGV - 2022 - AGE-MG - Procurador do Estado) Em tema de processo licitatório, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adotar as providências abaixo, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

- B) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
- C) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.
- D) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.
- E) Retornar à fase de julgamento, caso haja vício sanável nas habilitações fiscal, social e trabalhista de algum dos licitantes.

4. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Analista Judiciário - Contador) O leilão representa uma modalidade de licitação, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. Em relação a essa modalidade, é correto afirmar que

- A) exige registro cadastral prévio e tem fase de habilitação.
- B) tem divulgação restrita à publicação no diário oficial, de modo a controlar a publicidade e a competitividade.
- C) deve ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
- D) é restrito a contratações em que o objeto envolva inovação tecnológica ou técnica e em que haja impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente.
- E) pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, sendo que em caso de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante concurso.

5. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Analista Judiciário - Contador) De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem os seguintes objetivos, à exceção de um. Assinale-o.

- A) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- B) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- C) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- D) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas com a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis.
- E) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

6. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Analista Judiciário - Engenharia Elétrica) A equipe da Seção de Aquisições, Contratos e Licitações de uma escola pública hipotética está realizando as especificações para o serviço de pintura das salas de aula. De acordo com o que preconiza a Lei nº 14.133 (Lei das Licitações e Contratos Administrativos), o tipo de serviço que a escola está realizando é do tipo

- A) especial.
- B) comum.
- C) contínuo.
- D) contratado por escopo.
- E) técnico especializado.

7. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) No segundo semestre de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, com sede no



Estado Alfa, pretende realizar determinada contratação que tem por objeto a restauração de objetos históricos, de autenticidade certificada, sendo certo que existe evidente compatibilidade do serviço de restauração de tais objetos com as finalidades daquele TRT, haja vista que os citados bens têm inestimável valor histórico para a Justiça do Trabalho, em especial no âmbito do Estado Alfa. Para viabilizar a contratação em tela, o TRT instaurou processo administrativo, no bojo do qual restou consignado que não há inviabilidade de competição, pois é plenamente possível a realização de procedimento licitatório, mas existe a preferência discricionária para contratação do restaurador João, que outrora prestou excelentes serviços similares para o órgão federal Delta, igualmente com sede no Estado Alfa. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- A) pode ser manejada por meio de dispensa de licitação.
- B) pode ser manejada por meio de inexigibilidade de licitação, independentemente da concordância do órgão federal Delta.
- C) pode ser manejada por meio de inexigibilidade de licitação, desde que haja concordância do órgão federal Delta.
- D) deve necessariamente ser manejada por meio de prévia licitação, em modalidade compatível com o valor estimado da contratação.
- E) deve necessariamente ser manejada por meio de prévia licitação, em modalidade compatível com a natureza do serviço a ser contratado.

8. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal) O Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região pretende proceder à contratação de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza predominantemente intelectual com empresa de notória especialização. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, observadas as formalidades legais, a contratação

- A) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade diálogo competitivo.
- B) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade pregão ou concorrência, de acordo com o valor da contratação.
- C) deve necessariamente ser precedida de licitação, em qualquer modalidade compatível com o valor da contratação.
- D) pode ser objeto de dispensa de licitação, por expressa autorização legal.
- E) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, por expressa autorização legal.

9. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Analista Judiciário - Área Administrativa) O Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região celebrou contrato administrativo de serviços técnicos especializados que contemplaram o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software). Consoante dispõe a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), no caso em tela, o autor

- A) não deverá ceder todos os direitos patrimoniais relativos aos produtos dos serviços prestados para o TRT, em respeito à legislação sobre direitos autorais.

B) não deverá ceder todos os direitos patrimoniais relativos aos produtos dos serviços prestados para o TRT, em respeito à citada lei que rege o certame.

C) poderá ceder todos os direitos patrimoniais relativos aos produtos dos serviços prestados para o TRT, hipótese em que poderão ser livremente utilizados, mas não alterados pelo Tribunal em outras ocasiões.

D) deverá ceder todos os direitos patrimoniais relativos aos produtos dos serviços prestados para o TRT, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados pelo Tribunal em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

E) poderá ceder todos os direitos patrimoniais relativos aos produtos dos serviços prestados para o TRT, mas tais produtos não poderão ser livremente utilizados e alterados pelo Tribunal em outras ocasiões, sem prévia e imprescindível nova autorização de seu autor.

10. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Analista Judiciário - Área Administrativa) De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico, e maior desconto é denominada

- A) concorrência.
- B) leilão.
- C) diálogo competitivo.
- D) pregão.
- E) concurso.

11. (FGV - 2022 - TRT - 13ª Região (PB) - Analista Judiciário - Área Judiciária) O Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região pretende proceder à contratação de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza predominantemente intelectual com empresa de notória especialização. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, observadas as formalidades legais, a contratação

- A) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade diálogo competitivo.
- B) deve necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade pregão ou concorrência, de acordo com o valor da contratação.
- C) deve necessariamente ser precedida de licitação, em qualquer modalidade compatível com o valor da contratação.
- D) pode ser objeto de dispensa de licitação, por expressa autorização legal.
- E) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, por expressa autorização legal.

12. (FGV - 2022 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário - Área Administrativa - Qualquer Área) Em 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região pretende adquirir certos equipamentos que só podem ser fornecidos por empresa exclusiva. Para tanto, o TRT instaurou um processo administrativo, no bojo do qual restou demonstrada a inviabilidade de competição, por meio de atestado de exclusividade. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida



- A) pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação, vedada a preferência por marca específica.
- B) pode ser feita mediante dispensa de licitação, vedada a preferência por marca específica.
- C) deve ser feita mediante prévia e imprescindível licitação, na modalidade compatível com o valor estimado da contratação.
- D) deve ser feita mediante prévia e imprescindível licitação, na modalidade compatível com o objeto da contratação.
- E) pode ser feita mediante dispensa de licitação, permitida a preferência por marca específica, desde que com prévia justificativa técnica.

13. (FGV - 2022 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário - Área Administrativa - Qualquer Área) Sob a égide da nova lei de licitações e contratos administrativos, o Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, após procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Alfa deu causa à inexecução parcial do contrato. O TRT verificou, no bojo de regular processo administrativo em que foram assegurados contraditório e ampla defesa à contratada, que a inexecução praticada não causou grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, razão pela qual não se justificava a imposição de penalidade mais grave à contratada. Com base na Lei nº 14.133/2021, a sanção que o TRT da Yª Região deve aplicar à sociedade empresária Alfa é

- A) a advertência.
- B) a multa e impedimento de licitar e contratar.
- C) o impedimento de licitar e contratar.
- D) a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- E) a suspensão por até 90 (noventa) dias no direito de licitar e contratar.

14. (FGV - 2022 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário - Área Judiciária) Em matéria de princípios da licitação, na aplicação da Lei nº 14.133/2021, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade e também alguns outros, como

- A) da competitividade, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável e do julgamento subjetivo.
- B) da não vinculação, ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica e da competitividade.
- C) do planejamento, da eficácia, da segregação de funções e da motivação.
- D) da vedação de segregação de funções, do julgamento objetivo, da economicidade e da competitividade.
- E) da segurança jurídica, da competitividade, da celeridade, do julgamento subjetivo, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

15. (FGV - 2022 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário - Área Judiciária) Determinado órgão da Administração Pública, ao identificar a necessidade de ser realizada a contratação de serviços de engenharia, concluiu que a melhor opção, entre aquelas oferecidas

pela Lei nº 14.133/2021, era a contratação semi-integrada. Nesse caso, além de serem atendidos os demais requisitos estabelecidos pela ordem jurídica, é correto afirmar que o contratado deve

- A) a partir do projeto básico, elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar o serviço e praticar as demais operações necessárias e suficientes à sua entrega final.
- B) prestar os serviços contratados em sua integralidade, de modo que o contratante possa fruir os respectivos benefícios sem qualquer atividade complementar.
- C) praticar todos os atos de individualização do objeto do ajuste, executar o serviço e praticar as demais operações necessárias e suficientes à entrega final do objeto.
- D) prestar os serviços necessários para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem o fornecimento de materiais.
- E) fornecer o serviço contratado e responsabilizar-se pela sua manutenção durante tempo determinado.

16. (FGV - 2022 - TCE-TO - Auditor de Controle Externo - Direito) O Município Gama deseja realizar a aquisição de imóvel, cujas características de instalações e de localização tornam necessária sua escolha. Assim sendo, o Município instaurou processo administrativo, no bojo do qual foi certificada a inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto e foram apresentadas as justificativas que demonstram a singularidade do imóvel a ser comprado pela Administração e que evidenciam vantagem para ela. No caso em tela, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), a aquisição ocorrerá mediante:

- A) dispensa de licitação, devendo haver prévias avaliação do bem, autorização legislativa e homologação da compra pelo Tribunal de Contas do Estado;
- B) dispensa de licitação, devendo haver prévias avaliação do bem e autorização legislativa, assim como demonstração de que o valor a ser gasto está compatível com o valor de mercado;
- C) dispensa de licitação, devendo haver prévias avaliação do bem e autorização do Tribunal de Contas do Estado, assim como demonstração de que o valor a ser gasto está compatível com o valor de mercado;
- D) inexigibilidade de licitação, devendo haver prévias avaliação do bem e autorização legislativa, assim como demonstração de que o valor a ser gasto está compatível com o valor de mercado;
- E) inexigibilidade de licitação, devendo haver avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos.

FCC

1. (FCC - 2022 - SEFAZ-PE - Auditor Fiscal do Tesouro Estadual - Conhecimentos Gerais) A Lei nº 14.133 de 10 de abril de 2021, que revogará a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, introduzindo nova disciplina para as Licitações e Contratos da Administração Pública, passou a prever

- A) a possibilidade de a locação de imóveis pela Administração Pública ser contratada mediante dispensa de



licitação, sendo admitida, no regime anterior, apenas se caracterizada hipótese de inexigibilidade do certame.

B) a aquisição onerosa de imóveis como hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, não prevista na Lei nº 8.666/93

C) a possibilidade de revogação dos procedimentos de licitação por motivo de conveniência e oportunidade, considerando que o regime disciplinado pela Lei nº 8.666/93 contemplava apenas hipóteses de anulação.

D) o emprego da modalidade leilão para alienação de quaisquer bens imóveis de propriedade da Administração Pública, de aplicação restrita para a mesma finalidade na disciplina da Lei nº 8.666/93.

E) a exclusividade da modalidade pregão para contratação de aquisição de bens ou prestação de serviços em sistema de registro de preços.

2. (FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Considere as situações hipotéticas abaixo.

I. O Estado do Acre pretende contratar profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública.

II. O Município de Rio Branco realizou licitação para a contratação de obra pública; no entanto, não surgiram licitantes interessados. Ocorre que o ente municipal ainda deseja contratar a obra pública, mantendo todas as condições definidas no edital da citada licitação, ocorrida há menos de 1 ano.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021:

A) será dispensável a licitação em ambas as hipóteses.

B) será inexigível a licitação na hipótese I, e dispensável a licitação na hipótese II.

C) deverá ser realizada licitação em ambas as hipóteses.

D) será inexigível a licitação em ambas as hipóteses.

E) será dispensável a licitação na hipótese I, e inexigível a licitação na hipótese II.

3. (FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o leilão

A) deve ter seu edital divulgado exclusivamente em um sítio eletrônico oficial, não podendo ser adotado outro meio complementar de divulgação em razão de vedação expressa nesse sentido.

B) não constitui modalidade licitatória prevista nessa lei.

C) exigirá registro cadastral prévio.

D) terá fase de habilitação.

E) deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

4. (FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) A Lei nº 14.133/2021 traz expressamente em seu texto os princípios a serem observados nas licitações públicas. O princípio que implica na vedação à concentração de atribuições em um único sujeito e a exigência do fracionamento do exercício de funções mais suscetíveis a riscos entre uma multiplicidade de agentes públicos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação denomina-se

A) razoabilidade.

B) competitividade.

C) julgamento objetivo.

D) julgamento nacional sustentável.

E) segregação de funções.

5. (FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os bens cujos os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital de licitação, por meio de especificações usuais de mercado, é denominado bem

A) característico.

B) uniforme.

C) qualificável.

D) comum.

E) ordinário.

6. (FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Analista Judiciário - Área Administrativa) Um Estado da Federação pretende contratar serviços de manutenção de seus veículos automotores, estimados no valor de cinco mil reais, nesse montante já incluído o fornecimento de peças. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os demais requisitos legais, a licitação

A) será inexigível.

B) será dispensável.

C) deverá ser realizada na modalidade concorrência.

D) deverá ser realizada na modalidade pregão.

E) deverá ser realizada na modalidade convite.

7. (FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Analista Judiciário - Área Administrativa) Nos termos da Lei nº 14.133/2021, constituem, dentre outras, modalidades licitatórias aquelas a seguir descritas, EXCETO:

A) tomada de preços.

B) leilão.

C) concorrência.

D) curso.

E) diálogo competitivo.

8. (FCC - 2022 - TRT - 5ª Região (BA) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Considere que a Administração, em um programa de ajuste fiscal, pretenda alienar bens móveis inservíveis, bem como alguns imóveis desocupados e não afetados a nenhum serviço público. De acordo com as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, no que concerne à modalidade licitatória, aplica-se

A) leilão para os móveis inservíveis e concorrência, obrigatoriamente, para os imóveis independentemente da origem.

B) leilão, tanto para os móveis inservíveis como para os imóveis, independentemente da forma de aquisição, com necessidade de prévia avaliação.

C) pregão para os móveis inservíveis e leilão ou concorrência para os imóveis, a depender do valor e da forma de aquisição.

D) leilão para os móveis e para os imóveis adquiridos por adjudicação ou dação em pagamento, e concorrência para os imóveis oriundos de desapropriação.

E) leilão para alienação dos imóveis e, no caso dos móveis inservíveis, cuida-se de hipótese de licitação dispensada.



9. (FCC - 2022 - TRT - 5ª Região (BA) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Conforme expressa previsão legal, NÃO se subordinam ao regime da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) os contratos

- A) de locação.
- B) que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública.
- C) de alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- D) de tecnologia da informação e de comunicação.
- E) que visem à prestação de serviços por microempresas e empresas de pequeno porte, sujeitas a normas previstas em legislação própria.

10. (FCC - 2022 - SEFAZ-AP - Fiscal da Receita Estadual - Conhecimentos Gerais) Dentre as modalidades de licitação previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o

- A) pregão não é mais admitido para contratação de serviços de engenharia, pois ainda que a especificação do objeto seja singela, a execução envolve complexidade técnica inafastável.
- B) pregão é preferencial à concorrência, podendo o agente público optar pelo procedimento mais complexo para evitar questionamento acerca de possível restrição de competição.
- C) leilão passou a admitir o critério de menor preço para julgamento, além do já utilizado maior lance.
- D) leilão passou a ser a regra para alienação de bens imóveis, diferentemente da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelecia a concorrência.
- E) diálogo competitivo pode ser instaurado quando, no curso de outra modalidade de licitação, forem apresentados propostas ou lances com diferença de até 10% no valor, para mais ou para menos, de forma a alcançar resultado mais vantajoso para a Administração.

11. (FCC - 2022 - SEFAZ-AP - Auditor da Receita Estadual - Conhecimentos Gerais) Considere que determinado órgão da Administração pública pretenda contratar, na forma regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serviços de avaliação de bens inservíveis e tenha optado por procedimento de credenciamento. Nesse contexto, é possível concluir

- A) pela ilegalidade da opção, eis que tal modalidade apenas se aplica para contratação de pessoas físicas, na condição de profissionais liberais prestadores de serviços.
- B) pela ocorrência de hipótese de dispensa de licitação em razão do valor estimado da contratação, o que demanda a adoção da seleção mediante credenciamento.
- C) que contratará serviços técnicos especializados, selecionando empresa de notória especialização mediante procedimento específico em que apenas empresas certificadas possam participar.
- D) que a opção somente será legítima se adotada modalidade licitatória diálogo competitivo, onde empresas credenciadas previamente apresentam suas propostas em lances sucessivos.
- E) pela viabilidade jurídica caso se trate de contratações paralelas e não excludentes e se mostre viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

12. (FCC - 2022 - TRT - 5ª Região (BA) - Analista Judiciário - Área Administrativa - Contabilidade) Ao definir as modalidades de licitação, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece que se utiliza

- A) a concorrência, para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- B) o concurso, para escolha de trabalho técnico, científico e artístico, sendo restrita aos candidatos que estejam vinculados a universidades ou escolas técnicas federais.
- C) o leilão, para aquisição de bens e serviços comuns a quem oferecer o maior lance.
- D) o pregão, para aquisição de bens imóveis ou de bens móveis, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- E) a licitação internacional, para as hipóteses em que haja cotação de preços em moeda estrangeira, devendo ser processada no exterior, na sede da representação brasileira, para ser executada em território nacional.

13. (FCC - 2022 - TCE-GO - Analista de Controle Externo - Contabilidade) Considere que a Administração pretenda adotar o credenciamento para contratação de determinados serviços, utilizando-se do regramento estabelecido na Lei nº 14.133/2021. De acordo com a referida disciplina legal, tal prática

- A) pode ser utilizada como procedimento de pré-qualificação em contratações para objetos de baixa complexidade, não afastando, contudo, a necessidade de subsequente procedimento licitatório.
- B) passou a ser expressamente vedada, com a substituição pelo procedimento auxiliar de manifestação de interesse, cabível para seleção de profissionais ou empresas para contratações simultâneas de objetos similares.
- C) afigura-se juridicamente viável para seleção, com inexigibilidade de licitação, de leiloeiro oficial, caso não se opte pela seleção mediante licitação na modalidade pregão.
- D) é admitida exclusivamente para contratações simultâneas e não excludentes de um mesmo objeto e desde que tal opção seja demonstrada como a mais vantajosa para a Administração.
- E) constitui modalidade licitatória aplicável para contratação de objetos em mercados fluidos, mediante sistema de registro de preços, em que se verifique oscilação significativa de preços ou das condições de prestação.

14. (FCC - 2022 - DPE-MT - Defensor Público de 1ª Classe) A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) trouxe, em seu texto, como inovação, a

- A) fase de julgamento das propostas anteceder a da habilitação.
- B) obrigatoriedade de se publicizar o montante do orçamento a ser desembolsado no contrato.
- C) forma de licitação presencial, como regra, e eletrônica, como exceção.
- D) proibição da contratação semi-integrada.
- E) instituição do sistema fechado de oferecimento de lances.

15. (FCC - 2022 - TRT - 22ª Região (PI) - Analista Judiciário - Área Administrativa) A concorrência, modalidade de licitação prevista na Lei Federal nº 14.133/2021,



A) configura regra geral para todas as aquisições e contratações realizadas pelo Poder Público, admitindo-se, excepcional e expressamente, a adoção de outra modalidade licitatória para casos específicos.

B) admite o estabelecimento de diversos critérios de julgamento, a exemplo do maior preço e maior desconto, não sendo mais autorizado critério de técnica e preço, em prol do princípio da maior competitividade.

C) é obrigatória para adoção do sistema de registro de preços, como forma de expressão dos princípios da maior competitividade e da maior vantajosidade à Administração pública.

D) é preferencial ao pregão, por força de expressa disposição legal, destinada a permitir ampliação do número de competidores e admitir sigilo com relação aos valores das propostas.

E) não é obrigatória para a alienação de bens imóveis pela Administração pública, mas sim para a contratação de serviços especiais de engenharia.

Quadrix

(Quadrix/CRA-PE/Auxiliar de Secretaria/2023) À luz da legislação pertinente e da doutrina acerca das licitações e dos contratos administrativos, julgue o item.

1. Entre os mecanismos para a efetivação da contratação com a Administração Pública, tem-se a habilitação, que corresponde à fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e de documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

2. Definido o resultado do julgamento, a Administração, por intermédio do agente de contratação ou da comissão de contratação, poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, em determinado momento, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

3. O diálogo competitivo refere-se ao processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca, por meio de edital, interessados em prestar serviços, sendo tal documento vinculativo e obrigacional.

4. Os métodos alternativos de prevenção e resolução de controvérsias são instrumentos utilizados para solucionar disputas sem judicialização. Assim, a Lei n.º 14.133/2021 prevê a utilização da conciliação, da mediação, da arbitragem e do comitê de resolução de disputas, sendo que, em nenhuma dessas modalidades, será necessário observar o princípio da publicidade.

5. Caberá à autoridade máxima do órgão indicar, promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei de Licitações e Contratos, devendo observar o princípio da segregação de funções.

6. A Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos, reservou o Título IV exclusivamente para tratar das irregularidades nas licitações e nos contratos administrativos, além de determinar, em seu artigo 178, a inclusão de capítulo específico para tratar de tais crimes no Código Penal, estabelecendo penas para quem incorrer nas condutas previstas em lei.

(Quadrix/CRA-PE/Administrador/2023) Com base na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item.

7. É inexigível a licitação em caso de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

8. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observará condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

9. O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

10. Para os fins da Lei n.º 14.133/2021, considera-se como contratada a pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.

11. Para os fins da Lei n.º 14.133/2021, considera-se como licitante a pessoa, física ou jurídica, ou o consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração.

12. A Lei n.º 14.133/2021 se aplica à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, à locação e à prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados, e às contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

13. Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, também podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo presidente da República.

14. As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos na Lei n.º 14.133/2021, na forma da regulamentação específica, a ser editada por ministro de Estado.

15. A Lei n.º 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e abrange as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

(Quadrix/CRO-SC/Assistente Administrativo/2023) Em relação às noções de licitação pública, julgue o item.



16. A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

17. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei n.º 14.133/2021.

18. Não se subordinam ao regime da Lei n.º 14.133/2021 as contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

19. A Lei n.º 14.133/2021 aplica-se à prestação de serviços, excluindo-se os técnico-profissionais especializados.

20. As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Congresso Nacional, assegurada a observância dos princípios estabelecidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

21. Na aplicação da Lei n.º 14.133/2021, serão observados, entre outros, os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

22. Não se subordinam ao regime da Lei n.º 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

23. Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, dispensada a ratificação pelo presidente da República.

24. Não são abrangidas pela Lei n.º 14.133/2021 as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.

25. As disposições da Lei n.º 14.133/2021 aplicam-se somente ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

26. Subordinam-se ao regime da Lei n.º 14.133/2021 contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

(Quadrix/CRO-SC/Administrador/2023) De acordo com a Lei n.º 14.133/2021 (Lei de Licitação e Contratos Administrativos), julgue o item.

27. Caberá à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, iniciar novo procedimento licitatório, ainda que existam licitantes remanescentes possíveis de serem convocados, para celebrarem o contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

28. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

(Quadrix/CRT03/Fiscal/2023) Com base na Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, julgue o item.

29. É dispensável a licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.

30. As licitações serão realizadas obrigatoriamente sob a forma eletrônica.

31. O processo licitatório tem por objetivo, sem prejuízo de outros, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

32. As propostas que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital serão desclassificadas.

33. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório não poderá ser revogado.

34. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

35. O diálogo competitivo é uma modalidade de licitação.

36. Considera-se licitante a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

(Quadrix/CRT03/Analista Administrativo/2023) Quanto a licitação pública, suas modalidades e casos de dispensa e inexigibilidade do procedimento licitatório, julgue o item.

37. Licitação deserta é caso de inexigibilidade de licitação.

(Quadrix/CRT03/Técnico Administrativo/2023) De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, julgue o item



38. A revogação da licitação poderá ocorrer a critério da Administração e independe de manifestação dos interessados.

39. O pregão é a modalidade de licitação para aquisição de quaisquer bens ou serviços, cujo critério de julgamento poderá ser o de melhor técnica ou conteúdo artístico.

40. É dispensável a licitação quando inviável a competição, em especial no caso de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

41. A concorrência é a modalidade de licitação para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser maior retorno econômico.

42. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos abrange os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa.

(Quadrix/CRESS-RJ/Agente Administrativo/2022) Acerca da Lei Federal n.º 8.666/1993 e da Lei Federal n.º 14.133/2021, que dispõem sobre licitações e contratos da Administração Pública, julgue o item.

43. Os agentes públicos designados para executar as licitações e os contratos da Administração Pública deverão ser, obrigatoriamente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes dos órgãos ou das entidades contratantes.

44. Contratação de serviços técnicos especializados é hipótese de dispensa de licitação.

45. A habilitação é o momento do procedimento licitatório em que o órgão licitante buscará identificar a aptidão ou a capacidade do licitante.

46. O pregão é a modalidade de licitação utilizada para a aquisição de bens e de serviços comuns, independentemente do valor da contratação.

47. O concurso é a modalidade de licitação utilizada para maiores contratações, sendo aberta a quaisquer interessados que preencham os requisitos estabelecidos no edital.

48. Determina-se a modalidade de licitação a ser utilizada de acordo com o valor da licitação, no caso de concorrência, tomada de preço e concurso, ou de acordo com o objeto licitado, como no caso da modalidade convite.

(Quadrix/CRP 9ª Região/Assistente Administrativo/2022) Considerando a legislação em vigor que rege as licitações, julgue o item.

49. A Lei n.º 14.133/2021 autoriza a dispensa de licitação para a contratação de serviços e de produtos necessários ao atendimento de situação emergencial ou calamitosa pelo prazo máximo de um ano, contado da data de ocorrência da

emergência ou da calamidade, cabendo a prorrogação dos respectivos contratos pelo prazo máximo de seis meses.

50. Uma das inovações trazidas pela Lei n.º 14.133/2021 é a possibilidade de dispensa de licitação para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores cujo valor seja menor que cem mil reais, sendo equiparado o serviço de manutenção veicular ao serviço de engenharia.

51. A Lei n.º 14.133/2021 implantou um novo regime geral de contratação pública, modernizando o processo e tornando a contratação eletrônica a regra para os procedimentos de contratação, além de ter extinguido a modalidade pregão, pois o valor estimado de licitação deixou de ser um fator que define a modalidade de licitação.

(Quadrix/CREMERN/Assistente Administrativo/2022) Com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item.

52. É inexigível a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000 no caso de outros serviços e compras.

53. Quando não surgirem licitantes interessados ou não forem apresentadas propostas válidas, a licitação poderá ser dispensada.

54. A licitação para aquisição de bens e serviços comuns deverá ser realizada por meio de pregão.

55. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, a autoridade superior poderá anular a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

56. A concorrência é a modalidade de licitação para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e de serviços comuns e especiais de engenharia.

57. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa estão impedidos de participar de licitação.

(Quadrix/CREMERN/Controle Interno/2022) À luz das disposições da Lei n.º 10.520/2002 e da Lei n.º 14.133/2021, julgue o item.

58. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

59. A fase preparatória do pregão será iniciada com a convocação dos interessados.

60. **(Quadrix/CRM-PI/Assistente Administrativo/2022)** O processo licitatório tem por finalidade escolher a proposta mais vantajosa para a Administração, razão pela qual, nos casos que envolvam o fornecimento de bens, não será admitida a indicação de marcas e modelos.



GABARITO

FGV - 1. B 2. C 3. E 4. C 5. D 6. B 7. A 8. E 9. D 10.
A 11. E 12. A 13. A 14. C 15. A 16. E.

FCC - 1. D 2. B 3. E 4. E 5. D 6. B 7. A 8. B 9. B 10. D
11. E 12. A 13. C 14. A 15. E.

Quadrix - 1. C 2. C 3. E 4. E 5. C 6. C 7. C 8. C 9.
C 10. E 11. E 12. C 13. C 14. C 15. E 16. C 17. C 18. E
19. E 20. E 21. C 22. C 23. E 24. C 25. E 26. E 27. E 28.
C 29. E 30. E 31. C 32. C 33. E 34. C 35. C 36. C 37. E
38. E 39. E 40. E 41. C 42. C 43. E 44. E 45. C 46. C 47.
E 48. E 49. E 50. C 51. E 52. E 53. C 54. C 55. E 56. C
57. E 58. C 59. E 60. E



www.raphaelspyere.com.br



@raphaelspyere



Raphael Spyere



Estudando Direito - com Raphael Spyere